



**Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS**

ACÓRDÃO Nº 553/2014 – TCE – TRIBUNAL PLENO

1- Processo TCE nº 1391/2008 (2 vols.).

Apensos: Processo nº 6457/2007.

2- Assunto: Prestação de Contas Anual.

3- Órgão: Fundo de Aposentadoria e Pensão de Barcelos.

4- Exercício: 2007.

5- Responsáveis: Srs. Mariolino Siqueira de Oliveira, Otávio Augusto Almeida e Francisco Furtado de Vasconcelos.

6- Unidade Técnica: DICAMI – Informação nº 729/2014 (fls. 278/281).

7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 2547/2014-DIMP-MP-EFC, da Dr. Evelyn Freire de Carvalho, Procuradora de Contas (fls. 282/283).

8- Relator: Conselheiro Érico Xavier Desterro e Silva.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Fundo de Aposentadoria e Pensão de Barcelos. Exercício de 2007.

Contas irregulares. Revelia. Multa. Prazo. Notificação à responsável. Recomendação à origem.

9- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em sessão Plenária, no exercício da competência atribuída pelo art. 40, II, da Constituição Estadual, c/c os arts. 1º, II, 2º, 4º e 5º, I, da Lei nº 2423/96 e arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **em parcial consonância** com o pronunciamento do Ministério Público de Contas,

9.1- à unanimidade, nos termos do voto do Exmo. Sr. Conselheiro-Relator no sentido de:

9.1.1- Julgar pela IRREGULARIDADE da Prestação de Contas Anual do Fundo de Aposentadorias e Pensões de Barcelos, exercício de 2007, de responsabilidade dos Srs. MARIOLINO SIQUEIRA DE OLIVEIRA (de 01.01.2007 a 22.02.2007), OTÁVIO AUGUSTO ALMEIDA DA SILVA (de 23.02.2007 a 21.03.2007) e FRANCISCO FURTADO DE VASCONCELOS (de 22.03.2007 a 31.12.2007), com base no art. 71, II da CF/88, c/c art. 40, II da CE/89 e art. 22, III, c/c art. 25 da Lei Estadual nº 2423/1996;

9.1.2- Considerar REVEL o Sr. MARIOLINO SIQUEIRA DE OLIVEIRA e OTÁVIO AUGUSTO ALMEIDA, com base no art. 1º, inciso II e art. 22, inciso III, alínea “b”, da lei nº 2423/96, c/c art. 5º e art. 188, §1º, inciso III, alíneas “b”, da Resolução nº 04/2002, em função de não terem respondido às notificações enviadas

9.1.3- RECOMENDAR à FAPEN/ Barcelos:

9.1.3.1- Atue de forma a evitar a repetição das falhas evidenciadas no curso da Prestação de Contas ora analisada;

**Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS****ACÓRDÃO Nº 553/2014 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

9.1.3.2- Sejam cumpridos os prazos legais do envio dos registros analíticos, encaminhados por meio magnético (ACP), sob pena de multa, nos termos regimentais;

9.2- Por maioria, nos termos do voto do Exmo. Sr. Conselheiro-Relator no sentido de:

9.2.1- Aplicar multa ao Sr. FRANCISCO FURTADO DE VASCONCELOS:

9.2.1.1- no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) com base no art. 54, inciso I da Lei Estadual nº 2423/1996, c/c art. 308, inciso III da resolução nº 04/2002 - TCE/AM, pelas restrições dos itens 18.2, 18.3, 18.4, 18.5, 18.6, 18.7, 18.8, 18.10, 18.11, 18.13, 18.15, 18.16, 18.17 e 18.18 do Relatório/Voto;

9.2.1.2- no valor de R\$ 8.768,24 (oito mil, setecentos e sessenta e oito reais e vinte e quatro centavos), com base no art. 308, II da Resolução 04/2002 - TCE/AM, referente ao atraso na remessa do ACP, do meses de março, abril e de julho a dezembro de 2007.

9.2.2- Aplicar multa ao Sr. MARIOLINO SIQUEIRA DE OLIVEIRA:

9.2.2.1- no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) com base no art. 54, inciso I da Lei Estadual nº 2423/1996, c/c art. 308, inciso III da resolução nº 04/2002 - TCE/AM, pelas restrições dos itens 18.9, 18.10, 18.11, 18.12, 18.13, 18.14, 18.15, 18.16, 18.17 e 18.18 do Relatório/Voto;

9.2.2.2- no valor de R\$ 1.960,03 (um mil, novecentos e sessenta reais e três centavos), com base no art. 308, II da Resolução 04/2002 - TCE/AM, referente ao atraso na remessa do ACP, no mês de janeiro de 2007.

9.2.3- Aplicar multa ao Sr. OTÁVIO AUGUSTO ALMEIDA:

9.2.3.1- no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) com base no art. 54, inciso I da Lei Estadual nº 2423/1996, c/c art. 308, inciso III da resolução nº 04/2002 - TCE/AM, pelas restrições dos itens 18.9, 18.10, 18.11, 18.12, 18.13, 18.14, 18.15, 18.16, 18.17 e 18.18 do Relatório/Voto;

9.2.3.2- no valor de R\$ 1.960,03 (um mil, novecentos e sessenta reais e três centavos), com base no art. 308, II da Resolução 04/2002 - TCE/AM, referente ao atraso na remessa do ACP, no mês de janeiro de 2007.

9.2.4- NOTIFICAR os interessados com cópia do Relatório/voto, Acórdão para ciência do decisório e, querendo, apresente o devido recurso;

9.2.5- FIXAR o prazo de 30 (trinta) dias para o recolhimento das **multas** aos cofres da Fazenda Estadual, com comprovação perante este Tribunal, nos termos do art. 72, III da Lei nº 2423/96 c/c o art. 169, I do Regimento Interno deste Tribunal (Resolução nº 04/2002), autorizando a instauração de Cobrança Executiva em caso de não recolhimento do valor da condenação.



**Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS**

ACÓRDÃO Nº 553/2014 – TCE – TRIBUNAL PLENO

Vencido o Voto-Destaque do Conselheiro Raimundo José Michiles, no sentido de alterar as multas aplicadas para os valores vigentes no exercício de 2007, bem como o Voto-Destaque do Conselheiro Júlio Assis Corrêa Pinheiro, pela inaplicabilidade da multa pelo atraso no ACP.

10- Ata: 35ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11- Data da Sessão: 30 de setembro de 2014.

12- Especificação do quorum: Conselheiros: Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior (Presidente, em exercício), Julio Cabral, Raimundo José Michiles, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).

13- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador-Geral.

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR

Conselheiro-Presidente, em exercício.

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA

Conselheiro-Relator

ROBERTO CAVALCANTI KRICHANÃ DA SILVA

Procurador-Geral